

É preciso escolher um lado

Dir da pública
O GLOBO

-1 MAI 1996

MOREIRA FRANCO

Não há mais espaço para as velhas práticas políticas, nem para os métodos administrativos coloniais. Avançar é romper com este passado. De nada serve atualizar o discurso, sem mudar o comportamento; falar em modernidade, sem ser moderno. É preciso assumir um lado. O lado da modernidade pressupõe a existência de uma sociedade democrática e justa, que, para ser plena, exige a autonomia política, que só é alcançada com a independência econômica.

A estabilidade da moeda, viabilizada pelo Plano Real, foi o primeiro passo rumo à independência econômica do Brasil. Contudo, embora já se tenha conseguido derrubar a inflação, manter a economia desaquecida e garantir um constante ingresso de dólares, as contas públicas continuam descontroladas.

No que se refere ao endividamento público, por exemplo, as providências adotadas até agora não conseguiram resol-

ver o problema do crescimento do estoque da dívida, e têm permitido aos governantes endividarem-se novamente, tão logo as crises financeiras sejam superadas.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, por ser um estadista, sabe que não pode haver descompasso entre o discurso e a ação política. Alguns de seus auxiliares, entretanto, têm tomado medidas nas quais é difícil observar uma posição clara e firme em defesa do programa de estabilização econômica, que é a síntese do Plano Real. Isto fica evidente na decisão do Banco Central de estender aos demais bancos estaduais as mesmas condições dadas ao Banespa para o refinanciamento de sua dívida. Além de não exigir medidas saneadoras mais drásticas, como uma significativa redução do tamanho do banco, foram concedidos juros subsidiados e um prazo de 30 anos para o pagamento da dívida.

Da mesma forma, após repactuar as dívidas dos estados inadimplentes, o que serviu para criar uma situação de adim-

plência artificial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu financiar a reestruturação dos governos estaduais.

Já foram concedidos financiamentos, em condições favorecidas, aos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, num total de R\$ 899 milhões, e se encontram em fase de análise por parte do corpo técnico daquele banco as solicitações feitas pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão. Como o BNDES não acompanha a destinação dos recursos liberados, chega-se ao absurdo de os estados utilizarem este dinheiro para cobrir despesas de custeio, inclusive o pagamento do salário de funcionários públicos.

Não é preciso ser vidente para antever que, antes do final deste ano, a maioria dos estados já terá exigido e obtido o mesmo tratamento privilegiado.

Outro ponto importante é o que se refere às garantias oferecidas: papéis de empresas estatais que os estados se

comprometem a privatizar. O Governo de Minas Gerais, por exemplo, obteve um empréstimo de R\$ 250 milhões dando como garantia 33% do capital da Cemig e, após receber o financiamento, decidiu que não mais pretendia privatizar aquela empresa energética.

Consciente de que tal comportamento contraria o objetivo de acelerar o processo de privatização em nível estadual, o BNDES passou a exigir que as respectivas assembleias legislativas autorizassem previamente a privatização das empresas oferecidas em garantia. Mas esta autorização não significa, necessariamente, que a venda será realizada. A privatização não é um ato unilateral; ela depende, principalmente, da existência de capital privado interessado na sua aquisição, pelo preço e nas condições propostas pelos governos estaduais.

Em termos claros, o BNDES, através desses financiamentos, está empregando, indiretamente, uma parte significativa de seu orçamento no pagamento da folha do funcionalismo público, ao invés

de financiar projetos que verdadeiramente contribuam para o desenvolvimento nacional, única maneira de garantir a geração de empregos para a população brasileira.

É preciso ter determinação e coragem para adotar mecanismos de política econômica capazes de equilibrar as contas governamentais, onde se destaca a necessidade de reduzir o endividamento público.

Não há mais espaço para a base política do Governo defender a proposta de aprovar, no Congresso Nacional, limites rígidos de endividamento bruto para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios em função da receita tributária de cada um, e as autoridades econômicas continuarem a editar programas que se contrapõem às propostas apresentadas.

É preciso escolher um lado; e uma vez escolhido, trabalhar.

MOREIRA FRANCO é deputado federal pelo PMDB-RJ.